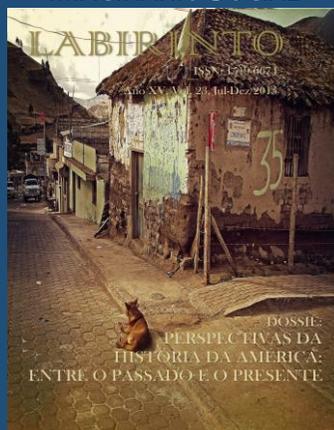


UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR  
DE ESTUDO E PESQUISA DO  
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ANO XV  
VOLUME 23  
(JUL-DEZ)  
2015  
PP. 65-92.

**UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795)**  
**(A “INQUEST IN THE WILDNERSS”: THE SLAVE INSTITUTION IN WESTERN PORTUGUESE AMERICA FROM OF INTERETHNIC CONTATS BETWEEN AFRICAN AND INDIGENOUS 1718-1795).**

BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

*Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso  
Professor do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG)  
brunojihaad@yahoo.com.br*

**RESUMO:** O artigo que se segue tem como proposta analisar a instituição escravista no oeste da América portuguesa entre os anos de 1718-1795, a partir da reflexão sobre os contatos interétnicos tecidos no interior do Quilombo do Piolho entre negros fugidos e indígenas. Com este fim, investigamos as informações contidas no “Diário” escrito por Francisco Pedro de Mello, que detalha o perfil heterogêneo dos aquilombados e organização econômica, elaborado durante a bandeira organizada para o abatimento do Quilombo no ano de 1795. Tal perfil heterogêneo encontrado no Quilombo do Piolho revela características comuns das sociedades escravistas formadas em regiões de fronteira na América portuguesa, que são a constante presença indígena e os contatos interétnicos efetuados pela manutenção da liberdade e vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombo do Piolho; Mato Grosso; Escravidão; Contatos interétnicos.

**ABSTRACT:** The article that follows to aims to analyze the slave institution in western Portuguese America between the years 1718-1795, from the reflection of the interethnic contacts formed inside the Quilombo do Piolho between runaway slaves and indigenous. For this, we investigated the information in the "Diary" written by Francisco Pedro de

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

Mello, detailing the heterogeneous profile of aquilombados and economic organization, elaborated during the flag organized for the rebate of the Quilombo in the year 1795. Such heterogeneous profile found in the Quilombo do Piolho shows common characteristics of slave societies formed in border regions in Portuguese America, which are the constant presence of indigenous peoples and interethnic contacts made by the maintenance of freedom and life.

**KEYWORDS:** Quilombo do Piolho; Mato Grosso; Slavery; Interethnic Contacts.

UMA “DEVISSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

A partir de maio a novembro de 1795, empreendeu-se no Vale do Guaporé, oeste da Capitania do Mato Grosso, uma das maiores operações – se não a maior – de busca de cativos fugitivos e quilombolas na região. Preparada por cerca de dois meses e financiada por autoridades políticas e contribuições voluntárias de moradores de Villa Bela e arraiais próximos, contou com 45 homens, o comandante *Dragão* Francisco Pedro de Mello<sup>i</sup>, além de seis pedestres, todos municiados, pelo que reportou o capitão-general João de Albuquerque Pereira de Mello e Cáceres em correspondência ao Conselho Ultramarino. Juntamente com tal relato, o capitão-general encaminhou mapas da região do Guaporé, com numerosos detalhes geográficos (principalmente no que se refere à localização dos rios Galera, Sararé, Guaporé e Juruena) e uma cópia do diário escrito pelo comandante, relatando minuciosamente a diligência (MELLO, 1917).

O referido diário, assim como a correspondência, encontra-se sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), no Códice 246, demarcado pelos anos de 1777 e 1805, no banco identificado como “correspondência entre governadores”. Veio a conhecimento público após ser citado e transcrito por Roquette-Pinto na obra “Rondônia”, em 1917, publicada

nos Arquivos do Museu Nacional. Considerada referência obrigatória para compreensão da prática social e científica do início do século XX, tal obra, de maneira geral, se originou de observações e descrições realizadas pelo autor acerca dos índios da Serra Norte nos territórios atualmente compreendidos como Rondônia e Mato Grosso, durante cinco meses em 1912; isso na expedição científica perpetrada pela Comissão Rondon, que tinha por objetivo a instalação de linhas telegráficas entre o Mato Grosso e Amazonas e, especialmente, o estudo dos povos Nambiquaras (KEULLER, 2007, pp. 641-642). Apresenta tal documento logo na partida de suas reflexões, no momento em que o autor tece as suas considerações sobre as origens históricas das populações que habitaram a “Serra do Norte”, preocupado em discorrer sobre o histórico de contatos entre os povos da região – Nambiquaras, negros fugidos, portugueses, entre outros.

O diário em si, apesar de sua pouca exploração na historiografia brasileira, constitui um documento de grande valia para compreensão da instituição escravista na fronteira do território luso-brasileiro. Nele, estão expostas detalhadamente informações acerca das possibilidades de uma vida para além da escravidão, através dos quilombos e estratégias adotadas pelos

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

fugitivos para sobrevivência, no contato com ameríndios, organização política e prática de agricultura, por meio de uma ótica colonizadora e escravista.

No artigo que se segue, portanto, intentamos por meio da análise dos dados contidos no Diário, apresentar a instituição escravista no oeste da América portuguesa a partir das peculiaridades da região, a saber, a condição de fronteira e a forte presença indígena. Para tanto, inicialmente discorreremos sobre o contexto no qual o Diário foi produzido, bem como as relações existentes entre a sociedade escravista e os povos indígenas que habitavam a região desde a chegada de bandeirantes. Posteriormente, apresentaremos uma análise sobre o perfil heterogêneo dos habitantes do Quilombo do Piolho e dos possíveis contatos interétnicos realizados em seu interior, objetivando desvelar a fluidez da instituição escravista nesta região da América portuguesa.

#### A DILIGÊNCIA E O CONTEXTO

A diligência movida contra os quilombolas em 1795, pelo que argumenta o Capitão-General João de

Albuquerque, se justificou por duas razões: (1) em função da decadência das minas do Mato Grosso e (2) os constantes danos causados com as fugas de escravos para o Vale do Guaporé. Argumentava o Capitão-General:

Ilmo. e Exmo. Sr. – Vendo eu que alem da *decadência actual das minas de Matto Grosso*, experimentam os mineiros, e mais moradores desta Capitania a perda, e damno da *fuga de muitos escravos* que tranquilamente existiam aquilombados na escarpada extensa Serra dos Parecís, derramados pelos terrenos de que nascem os rios Piolho (hoje denominado de S. João), Galera, Sararé, Pindantuba e outros segundo huma constante noticia.

Para aliviar pois estes danos e felicitar a utilidade publica, chamei a 24 de março deste anno, ao Juiz Presidente da Camara desta Villa Bella, e ao Vereador mais velho aos

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

quais lembrei, que huma das espessias obrigações da Camara, era ocorrer ás necessidades publicas e a actual falta de terras mineraes, e repetidas fugas de muitos escravos, que hiam aquilombar nas vizinhanças do Guaporé e dos arrayaes, contíguos á esta Capital, eram objectos que exigiam o promptissimo remédio da formação de huma bandeira que explorasse aquelles certões , com dois ponderados fins: e que para a sua despeza, convocando a Camara do Povo, se pedisse huma contribuição voluntaria aos moradores de Villa Bella, e dos seus Arrayaes, prometendo eu concorrer por parte da Fazenda Real, como efectivamente pratiquei, com a quinta parte da gente, que se empregasse nesta diligencia armada e moniciada pela mesma Real Fazenda [Grifo nosso] (MELLO, 1917).

Considerar o primeiro aspecto nos impõe a tarefa de pensar a conjuntura econômica local e transatlântica. Deve-se lembrar que o próprio processo de fundação da Capitania do Mato Grosso, edificação de Vila Bela, e, posteriormente, a transferência da capital para Cuiabá, entre o século XVIII e primeira metade do século XIX, é demarcado estritamente pelas descobertas auríferas e sua exploração, além da necessidade de proteção da região de fronteira, que demarcava os limites entre os domínios portugueses e espanhóis.

O território da Capitania, objeto de disputas militares entre ameríndios e a ação bandeirante, apesar de ter sido ordenadamente povoado por estes últimos a partir de um projeto de Estado durante o século XVIII, ainda no XVII já havia sido visitado por Pascoal Moreira Cabral Melo, entre 1684 e 1685, quando o mesmo incursionava nos domínios hispânico-jesuíticos preando índios e levando-os a Sorocaba para o trabalho agrícola<sup>ii</sup>. Em todo caso, a chegada do homem branco naquilo que seria considerado, a partir de 1748, Capitania do Mato Grosso, tradicionalmente é compreendida em função das descobertas auríferas e defesa da fronteira territorial entre as coroas portuguesa e espanhola, que em 1750 havia sido definida no Tratado de Madri pelo princípio de “uti possidetis e pelas balizas naturais”<sup>iii</sup>.

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

As primeiras descobertas auríferas na localidade se deram no início do século XVIII, com achados no Coxipó-Mirim (1718) e lavras do Sutil (1722). O fato provocou um novo episódio na história das ações portuguesas, tanto no que diz respeito ao pretexto para fortalecimento da fronteira que se forjava, quanto no que se refere aos contatos com os povos ameríndios que viviam na região. José Barbosa de Sá<sup>iv</sup>, cronista que viveu na região durante o período, expressa a grande euforia provocada por tais descobertas, emblemática para se pensar a importância do episódio:

Divulgada a notícia pelos povoados foi tal o movimento que causou nos ânimos que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes deixando casa, fazendas, mulheres e filhos botando-se para estes Sertões como se fora a terra da promessa ou o Paraíso encoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais (SÁ, 1975, p. 12).

O cronista, ao tecer a sua narrativa acerca do caminho que levava aos sertões do Cuiabá, também

relata a numerosa presença ameríndia que habitava a região:

(...) e entrando pelas grandes baías, foram achando tantas nações de gentes que não cabem nos arquivos da memória e só me lembro das seguintes: Caroyas, Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porrudos, Xacorés, Aragoarés, Coxiponés, Pocuris, Arapoconés, Mocós, Goatás, Araviras, Buripoconés, Arapares, Hytaporés, Ianés, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraés, Penacuícas e outros (...) (SÁ, 1975, p.11).

Observemos que, com a penetração da região, pelo apresamento de índios e busca de ouro, grande parte desses reinos ameríndios foram devassados (GUIMARÃES, 2005, p. 4). É o que podemos observar no plano estratégico de conquista área, pelo Capitão-General da Capitania de São Paulo, Rodrigo César Menezes, que ao chegar às minas do Cuiabá em 1726 relata:

(...) Achando-se [as minas de Cuiabá] cercadas de várias nações de gentio, que não nos deixavam alargar pelo centro do sertão, matando e sustentando-se de carne humana, procurou reconduzi-los e metê-los de paz S. Ex<sup>o</sup>. [Rodrigo César Menezes], para o que lhes mandou alguns pombeiros, contentando-os e persuadindo-os com mimos (...), mas estes não só recusaram a nossa amizade, mas responderam que eles eram homens e que só a força de armas seriam mortos ou conquistados. Ouvida esta insolente resposta, mando S. Ex<sup>o</sup>. pôr logo pronto um cabo com bastante soldados sertanistas, com ordem positiva que os atacassem em qualquer parte que os achassem: assim se fez e sem embargo de uma vigorosa resistência, mataram os nossos uma grande parte deles e trouxeram prisioneiro o resto, com

toda a sua família [grifo nosso] (GUIMARÃES, 2005, p. 7).

Todavia, o tratamento com os nativos se altera substancialmente com a edição do “Diretório” em 1757 e o envio de instruções régias nos anos de 1749, 1758 e 1772, que orientavam a incorporação do nativo como vassalo. No lugar da devassa, a primazia deveria ser dada à educação baseada nos preceitos civilizacionais. Em tese, criava-se um novo entendimento acerca do nativo: se antes poderia ser considerado uma barreira para o avanço do progresso, agora seria elemento útil para se resguardar a fronteira da coroa portuguesa<sup>v</sup>. Nesse sentido, várias medidas foram recomendadas, principalmente aquelas que buscavam estimular o casamento com nativos e a criação de aldeamentos<sup>vi</sup>. O governador Rolim de Moura, por exemplo, em correspondência datada de 1756, sugere que o melhor modo de ligá-los (indígenas) à sociedade civil seria misturá-los com negros ou brancos, especialmente com os primeiros, que daria origem aos “Caborés”, que eram próprios para “qualquer empreendimento” (SILVA, 1995, p. 263)

A despeito de tais recomendações, vale lembrar que não somente as campanhas militares contra

UMA “DEVISSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

ameríndios não deixaram de existir, como também o próprio indígena não deixou de ser utilizado como escravo. É o que podemos ver nas correspondências enviadas pelo Capitão-General Dom Antonio Rolim de Moura, no período em que governou a Capitania do Mato Grosso (1751-1765). Em 1751, ao tecer comentários sobre a situação dos nativos que estavam sob a “zelosa” administração de moradores do Cuiabá, afirmava:

(...) Neste princípio, sempre ela há de ser maior, porque é tal o desamparo, em que estes miseráveis se viam na mão dos seus administradores, que a maior parte andavam quase inteiramente nus, e adoecendo, os deixavam morrer, sem assistência pelo que aos que se tem vindo recolher, foi e é necessário acudir-lhe a muitos com alguma cobertura, e curá-los das queixas que padeciam sem remédio, que principalmente este ano tem sido muito gerais, no que, e no sustento dos missionários se tem feito a despesa de perto de quatrocentas oitavas (Doc. 1).

Rolim de Moura também informava a quantidade de indígenas “administrados” no distrito do Cuiabá em 1751 e o próprio proceder de sertanistas desde a chegada às minas:

(...) Todo este distrito de Cuiabá acharam os primeiros sertanistas, coalhando de gentio, de que hoje não há mais do que uns restos, e os que se acham nas mãos dos administradores, que me parece não chegarão a seiscentos. Precisamente assim havia de ser desde que estas terras se descobriram, sempre os sertanistas, andaram na busca deles (...) (Doc. 1.).

Na mesma carta, o Capitão-General chega até a detalhar sobre como se dava o apresamento de indígenas:

Chegando a alguma aldeia depois de a renderem a poder de fogo metiam em correntes as mulheres e os homens que podiam ter-lhe serventia, ou para a concupiscência, ou para o serviço das roças, e o que era inútil,

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

passavam a cutelo ordinariamente como também aos que no caminho mostravam qualquer repugnância (...) (Doc. 1).

Em 1761, em correspondência enviada à autoridade do Cuiabá, o mesmo Capitão-General, Rolim de Moura, ordenara a libertação imediata de indígenas Paiaguá e de todas as outras nações, que se achavam na condição de cativos, baseado na lei de 8 de maio de 1758, que determinava alforria de nativos<sup>vii</sup>. No entanto, na mesma carta, o Capitão-General flexibilizava a sua posição e afirmava que indígenas poderiam eleger sob livre-vontade um administrador, casa, pessoa ou aldeia, que desejassem habitar<sup>viii</sup>. Em todo caso, tal carta implicava que, mesmo com a recorrência de instruções régias que determinavam a incorporação do nativo como “vassalo” e edição do Diretório, os mesmos ainda continuavam empregados na condição de cativos na região.

A formação de uma bandeira movida contra os indígenas Kayapós em 1771, anos mais tarde, também exemplifica a utilização da mão-de-obra escrava indígena. Na ocasião, o então governador e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso, Luiz Pinto de

Souza Coutinho, apresentava como principal justificativa o chamado “direito natural” de prevenção aos inimigos:

(...) O Direito natural que authoriza aos homens a previnir a seos inimigos, ainda quando os não tem hostilizado (sic) tão somente eminente risco, lhes permite com dobrada força o direito de reprimir os seus insultos por todas as vias de execução e de força, principalmente sendo os ditos inimigos salteadores, assassinos e inhumanos, sem cuja destruição e castigo, seria impossível manter a segurança dos Povos e a firmeza das sociedades (...) (Doc. 3).

Ainda chamam a atenção alguns dados sobre a composição da bandeira. O primeiro, referente à impossibilidade do envio de tropas para a formação da expedição militar, apenas de munições e pólvora, em vista da atual “conjuntura” em que se encontravam as tropas da Capitania. Caberia aos moradores, a formação da bandeira, após convocação. O segundo fator refere-

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

se à preocupação com os possíveis abusos da campanha: proibia o assassinato frio do inimigo após rendição e a amputação dos corpos mortos. Estava permitido “apenas” o incêndio a todas as casas que encontrassem e a contagem dos corpos<sup>ix</sup>.

A continuidade das guerras e apresamento de indígenas mais uma vez ficariam evidentes nas campanhas organizadas contra os povos Bororos, que habitavam os entornos do rio Porrudos, nos anos de 1779 e 1781. A primeira bandeira, liderada por Francisco Leme de Moraes, após preparativos iniciais, partira a uma paragem conhecida como Cruará para punição de indígenas que atemorizavam os que passavam por aquela localidade.

Seguiram inicialmente pelo rio Cuiabá e adentraram o rio Porrudos, local em que encontraram indígenas Bororos. Após combate, a bandeira conseguiu aprisionar indígenas de ambos os sexos, incluindo crianças, e os levaram para Cuiabá, onde foi determinado que deveriam ser encaminhados para Vila Bela, a então capital da Província. No trajeto, para surpresa das autoridades e moradores, os Bororos conseguem “arrebentar os ferros”, lutam contraguardas e conseguem evadir do cativeiro (SUZUKI, 2007, p. 118).

Após dois anos, uma nova bandeira seria organizada, sob a justificativa de que os Bororos eram “gentio bárbaro” e “capital inimigo”. Assim como a anterior, seguiu o rio Cuiabá, adentrou o rio Porrudos e, após combates, aprisionou cerca de 200 indígenas. Curiosamente, também se repetiu a fuga dos nativos, que se valeram do baixo número de guardas e dispersão dos soldados:

Foi o cazo vindo em marcha a nsosa gente com os bugres prezos, fizerão alto para comer; e porque havião suas frutas silvestres, forão-se espalhando os nossos soldados, sem se lembrarem que vinham acompanhados de inimigos, ficando tão só mente humas poucas sintinelas tendo sentido, e vigilância com os Bugres. Assim que estes conhecerão, que os Soldados que estavam espalhados pelos campos, e matos não podião fácil mente dar adjutório as poucas sentinelas, que com elles havião ficado, dando hum horrível urro, imediata mente acometerão de

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

subido, e tumultouza mente as ditas sentinelas, que erão hum João Leme Correa, hum João de Pinho e, outros, e os matarão , e fugirão, vindosse a perder por cauza daquella bem indiscreta facilidade não só soldados, como tão bem armas que os Bugres carregarão recolhendosse a Bandeira peor do que foi para o Certam (SUZUKI, 2007, pp. 123-124).

Vários fatos chamam a atenção no que diz respeito às bandeiras organizadas contra os Bororos, mas por ora destacamos o aprisionamento e encaminhamento de indígenas para Vila Bela, onde possivelmente seriam distribuídos entre “administradores” ou incorporados às aldeias. As “guerras justas”, se por um lado garantiam o suprimento extra de mão-de-obra para os empreendimentos coloniais<sup>x</sup> – pois estes indígenas, ao que indica, estariam sendo encaminhados para o trabalho na fronteira –, por outro, especificamente na região, garantiam o resguardar da fronteira habitada por cristãos ou indígenas cristianizados e, portanto, vassalos do rei de Portugal.

Em suma, para se pensar a penetração lusitana e estabelecimento no território que atualmente compreendemos por Mato Grosso, inevitavelmente precisamos levar em consideração a existência de numerosas nações indígenas e as relações entre não-índios e indígenas. Essas relações oscilaram entre conflitos armados e incorporações que visavam estratégias de povoamento da fronteira<sup>xi</sup> e, principalmente, a criação de condições para a exploração mineira na região, que provocou, ao longo dos séculos XVIII e XIX, diferentes fluxos migratórios na Capitania/Província de Mato Grosso.

**O QUILOMBO DO PIOLHO, SEGUNDO O “DIÁRIO”: CONTATOS INTERÉTNICOS E O RECOMEÇO PARA ALÉM DA SOCIEDADE ESCRAVISTA**

No dia 7 de maio de 1795, após realização de dispendiosos preparativos, a bandeira partiu em busca de cativos evadidos e novas minas. Durante o tempo de pouco mais de um mês, poucos acontecimentos foram relatados por Francisco Pedro de Mello. Com saída do porto de Vila Bela, seguiram pelo Rio Guaporé e foz do rio Branco até dia 17 daquele mês, quando atracaram as

UMA “DEVISSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

embarcações à esquerda do último e lá permaneceram por três dias, com minuciosas averiguações da região, na expectativa de encontrarem ouro. Em função dos achados irregulares, prosseguiram a diligência até a chegada de uma confluência de dois braços em que o rio se dividia. Por lá, permaneceram até o dia 23 e, por constatarem a impossibilidade de navegar com canoas por ambos os lados, a bandeira decidiu retornar as canoas para Vila Bela e seguir por terra.

Os vestígios de quilombolas só viriam a aparecer no dia 16 de junho, quando a bandeira se deparou com rastros de gente e fogos, que inicialmente julgaram ser de indígenas. No encalço rigoroso das pistas, a expedição, que naquela altura contava com o comandante e 39 homens armados, conseguiu surpreender um pequeno grupo composto por um negro, três índios e um caburé. Destes, um conseguira escapar e, na sua busca, chegaram inesperadamente ao almejado Quilombo.

Apesar das tentativas de fuga dos habitantes, a bandeira capturou inicialmente 3 negros e 32 outras pessoas, entre homens e mulheres, sendo índios e caburés. Segundo Francisco Pedro de Mello, a expedição permaneceu no Quilombo, com o intento de capturar aqueles que haviam fugido com a incursão,

entre os dias 20 de junho e 5 de agosto, além de realizar rondas nas matas vizinhas à habitação. Transcorridos 15 dias, reuniram 54 quilombolas, sendo 6 negros, 8 índios, 19 índias, 10 caburés e 11 caburés do sexo feminino. Pelo que consta no diário, uma possível origem da composição mista do quilombo se dava nos remanescentes do Quilombo Grande (ou Quariterê), que havia sido destruído em 1770 e que se localizava naquela região, assim como no seqüestro de mulheres indígenas Cabixis, ao longo dos anos<sup>xii</sup>.

Essa composição mista revela uma característica marcante para aqueles que tentam recomeçar a vida para além da fronteira da sociedade escravista: o contato interétnico entre negros evadidos e indígenas. Antes de uma análise propriamente dita sobre os contatos interétnicos no interior dos quilombos, vale destacar as considerações de Max Gluckman, antropólogo associado à escola “dinamista”, acerca do conceito em<sup>xiii</sup>. O antropólogo concebe o contato de culturas a partir da noção de comunidade, que é diferente da noção de sociedade (unidade predefinida). Para ele, a comunidade é palco de um conjunto de atores interagindo socialmente em um dado momento, abrangendo sociedades, classes, grupos étnicos ou culturas.

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

No ato de contato, os valores são ressignificados e acabam por refletir e incorporar padrões e símbolos de outras culturas (MACHADO, 2006, p. 17). Na sua análise sobre as relações entre zulus e europeus no norte da África do Sul, Gluckman expõe uma situação social marcada por cooperação e oposição, a partir da inauguração de uma ponte no distrito de Mahlabatini em 1938. Se, por um lado, em sua observação, os dois grupos cooperam entre si – na construção da ponte –, por outro, expressam diferenças – diferentes agrupamentos<sup>xiv</sup>, hábitos e até idiomas, conforme observa o autor:

(...) O desejo dos zulus por bens materiais dos europeus e a necessidade dos europeus do trabalho zulu, bem como a riqueza obtida por este trabalho, estabelecem interesses fortes e interdependentes entre os dois grupos. É, também, uma fonte latente de seus conflitos. No grupo zulu, os polígamos que precisam de muita terra, homens com grandes rebanhos de gado, homens que

desejam ardentemente a riqueza europeia, e outros, constituem diferentes grupos de interesse. Por isso, a posse de bens materiais diferentes entre os dois grupos dificulta a diferenciação baseada em critério racial (GLUCKMAN, 1997, p. 251).

O contato interétnico, mediado por uma confluência de interesses entre os grupos, seria antes de mais nada um fator constitutivo, na medida em que atuaria como elemento organizador da situação social. Outrossim, ressalta-se que as diferentes oposições (que até certo ponto seriam excludentes e hostis, como frisa o autor) comporiam a própria estrutura social, sendo o “conflito” e a sua superação dois aspectos do mesmo processo social, presentes em todas as relações sociais (GLUCKMAN, 1997, p. 267). No caso do quilombo encontrado pela bandeira, é notório o fato do contato interétnico atuar como elemento constitutivo, a começar pela possível composição daquele agrupamento, que, como pudemos observar acima, era formado em sua maioria por caburés.

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

É importante observar que, para se chegar a uma predominância de caburés no quilombo encontrado pela bandeira, além da presença de remanescentes do Quilombo Grande, devemos considerar os contatos culturais entre negros fugidos e indígenas que, assim como os primeiros, estavam para além das fronteiras. A região do Alto Guaporé, naquele período, era habitada por numerosos grupos Nambiquaras<sup>xv</sup>, que tinham como vizinhos os Pareci-cozárini<sup>xvi</sup>. Todavia, na documentação do período, como a própria diligência, notamos constantes referências à presença dos cabixi, como podemos notar na descrição geográfica da Capitania do Mato Grosso, de Ricardo Franco em 1797:

Nas montanhas, serras, matos e campos dos Parecis vivem muitas nações de índios ainda não domados, de que os mais próximos a nós e conhecidos são os seguintes: - Cabixis, nação que transita os campos dos Parecis, vivem nas cabeceiras e matos dos rios Guaporé, Sararé, Galera, Piolho e Branco, entre os quais se ocultam muitos escravos fugidos (...). - Parecis, antiga nação

dominante dos campos d'este nome, que habitavam as origens dos seus principais rios que correm para o Tapajoz, e que as incursões, captiveiros, e emigração causadas pelos portugueses, quasi extinguiu, devendo esta nação a sua ruína ao seu valor e pacífica conducta: o resto que escapou se misturou com os cabixis e mambaras [Waimare] (...) – Mambaré[a]s, com quem se misturam os cabixis n'um braço do Juruena (...) (MACHADO, 2006, p. 13).

A presença dos Cabixi na região ainda será mencionada em 1848 por Joaquim Alves Ferreira, na conhecida “Notícia sobre os índios de Mato Grosso dada em ofício de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império”. Nela, o autor informa que viviam na região os pareci (250 índios), maibarés (400 índios), Nambiquaras (600 índios), tapanhunas (800 índios) e, finalmente, os cabixi (500 índios) (MACHADO, 2006, p. 13).

Nesse bojo, Maria Fátima Roberto Machado chama a atenção para duas problemáticas referentes à

designação cabixi: a conotação negativa e sua possível origem no quimbundo. Na explicação da primeira, a autora afirma que, apesar do abandono da utilização da expressão desde o século XIX, possivelmente a expressão indicava os Parecis e Nambiquaras, com os quais os negros formavam os seus quilombos no Mato Grosso, no rapto de mulheres e crianças.

Não se sabe ao certo a quantos grupos a designação se aplicou, mas, ao menos pelas pesquisas etnológicas realizadas por Max Schmidt no início do século XX, é possível circunscrever que a denominação cabixi foi atribuída aos pareci-kabisi, do grupo cozárini e aos guainguacuré Aruaquisados, que eram provenientes dos Nambiquaras da região ocidental da Serra dos Parecis. Em ambos os casos, a designação estava associada a “elementos étnicos de nível inferior” ou subalternos. Aqueles que faziam parte deste grupo estavam relacionados à servidão, nos seus diferentes sentidos: servos, vassalos, criados, escravos ou súditos (MACHADO, 2006, pp. 16-23).

A partir dos relatos de Max Schmidt, é possível pressupor que a relação estabelecida entre os povos Parecis e Nambiquaras, desde o século XVIII, era permeada de conflitos, que poderiam ocorrer na demarcação de fronteiras territoriais, no rapto de

mulheres e crianças. Este último ponto, que provavelmente pode ter sido assimilado por quilombolas, aparenta ser prática comum nas relações das duas etnias supracitadas, como podemos notar no relato que se segue:

Quando atravessei em 1910 a região da Serra dos Parecis e visitei as diferentes aldeias dos Pareci-Kabisi, o alto Juruena formava a divisa da região desses índios com a região dos Guainguacuré, que com eles viviam na mais feroz inimizade. Mas, por certos dados, ainda se pode verificar e provar que a região desses Guainguacuré anteriormente se estendia mais para o ocidente, pelo menos até as cabeceiras do Jauru. Assim me foi assegurado pelo meu informante, um índio meio sangue que vivia entre os Pareci-Kabisi, de nome José Vieira, que no lugar de sua atual morada, em Calugaré, existia, ainda não há muito tempo, uma aldeia Guainguacuré. A mesma foi

assaltada pelos Pareci-Kabisi e foi incendiada. Sob a gente de José Vieira existiam dois irmãos que tinham sido carregados durante esse assalto, após ter seu pai sido morto na luta. Outro assalto consta ter sido efetuado pelos Pareci-Kabisi contra uma aldeia Guainguacuré, que teria existido na cabeceira do Juruena, não longe da atual aldeia Pareci-Kabisi Hanauhahirtigo. Consta serem ainda visíveis os vestígios de duas casas destruídas. No ataque foram mortos dois homens e os demais habitantes, mulheres e crianças, foram carregados. Esses assaltos foram levados a cabo, como me asseguraram, principalmente para raptar as mulheres e crianças das tribos vizinhas, inimigas, e o grande número de índios Guainguacuré que moravam como classe trabalhadora entre os Pareci-Kabisi mostra claramente que esses encontros,

muitas vezes, devem ter sido muito produtivos (SCHMIDT, 1917).

Sobre a segunda problemática, referente a possível origem quimbundo da designação cabixi, vale salientar a observação de Nina Rodrigues. Na sua reflexão sobre a sobrevivência lingüística dos idiomas africanos no Brasil e da influência exercida sobre o português, notou o emprego do prefixo “Ca” (ou “Ká”), que no quimbundo exerce a função de “diminutivo do singular”. O autor exemplifica: “pele” em quimbundo é “kiba”, “pelinha” é “kákiba”; espingarda é uta, “espingardinha” é “ká-uta”; “cobra” é “niok”, “cobrinha” é “ká-niok” (RODRIGUES, 2010, p. 161).

A constatação da origem bantu do vocábulo, como a sua incorporação pelas nações indígenas Nambiquaras e Parecis e a sua incorporação por portugueses, sugere um intenso contato cultural entre negros, portugueses e indígenas; notoriamente caracterizado por trocas e incorporações culturais, sobretudo, nas regiões de fronteira. De todo modo, vale registrar prováveis vocábulos originários do quimbundo/umbundo que, assim como o cabixi, indicam contatos interétnicos: caburé e quilombo. O primeiro, praticamente desaparecido de documentos históricos a

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

partir do século XIX, ao passo que o segundo é largamente utilizado, principalmente, por autoridades luso-brasileiras durante grande parte do período escravista. Caburé (ou “caboré” como aparece nos documentos históricos, inclusive, no próprio Diário da diligência) designa o mestiço de “índio” e “negro”. Provavelmente, de acordo com Machado, o uso do prefixo “Ca” se deve a baixa estatura dos Nambiquaras e Parecis – ambos tinham em média 1,60m. Quilombo, por sua vez, que é o aportuguesamento de “kilombo”, origina-se do idioma “umbundo”, dos chamados povos Ovimbundu, que habitavam as regiões que circunscreviam Benguela e parte do seu hinterland (áreas interioranas)<sup>xvii</sup>.

Em outras palavras, ao voltarmos nossa atenção, para os dados apresentados no Diário da Diligência e para o perfil dos 54 capturados pela bandeira, nos colocamos diante do contato multi-étnico peculiar. Contato expresso não somente no perfil mestiço dos quilombolas – como vimos, uma junção de negros evadidos, com cabixis, que poderiam ser Nambiquaras ou Parecis –, mas também nos próprios termos utilizados na narrativa escrita pelo homem branco – o que sugere troca cultural na integração de vocábulos bantu. Estamos diante de um ponto de encontro de

etnias, para além da fronteira, que se revela como um espaço móvel e dinâmico, influenciando, inclusive, a correlação de forças políticas no espaço lusitano.

É o que nota Luiza Volpato, após a volta triunfante da bandeira em novembro de 1795. Naquele período, a Capitania, que tinha à sua frente o capitão-general João Albuquerque, enfrentava uma crise econômica agravada, marcada pela busca de novas alternativas econômicas na transferência dos recursos da mineração para a agricultura e pecuária. Ao mesmo tempo em que o governo e comerciantes da capital da Capitania (Vila Bela) eram pressionados por fornecedores do litoral para o recebimento de dívidas, segmentos dominantes do Cuiabá eram estimulados, passando esta última a ser o pólo mais rico e populoso da Capitania. Assim, uma vitória sobre quilombolas naquele contexto ganhava contornos significativos para a elite política da capitania mato-grossense, como nota a autora:

(...) a vitória sobre os quilombolas representava trunfo político para o capitão-general tanto no interior da capitania como perante as autoridades metropolitanas.

Vencendo quilombos, o governador vencia um inimigo antigo e temido. Além disso, a vitória também levantava os ânimos de uma população extenuada na luta pela sobrevivência em região tão distantes dos núcleos mais dinâmicos da colônia e que arcava, com muita dificuldade, com os custos da guerra de fronteira (VOLPATO, 1996, pp. 225-226).

Destarte, a partir do Diário da Diligência, fazem-se necessárias as seguintes indagações: os cativos evadidos que formaram quilombos, na região do Vale do Guaporé, na segunda metade do século XVIII, se originaram especificamente dos bantus ou havia a presença dos sudaneses de alguma forma? Em segunda instância, em que medida permaneceram traços de organização política e elementos culturais no interior destas sociedades – quilombos – para além das fronteiras internas? Estas são questões que merecem tratamento minucioso de vindouras pesquisas, que levem em consideração a utilização combinada de fontes documentais produzidas em diferentes pontos

do território colonial português e espanhol, bem como o diálogo entre variadas fontes, não somente escritas, mas etnográficas, arqueológicas e linguísticas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizarmos nossa viagem junto à bandeira que percorreu o Vale do Guaporé por cerca de 6 meses no encalço de cativos evadidos e ouro, alguns episódios ainda podem ser destacados. A fartura alimentícia encontrada nos entornos do quilombo certamente é um fato de grande relevância. No Diário de Francisco Pedro de Mello, não somente merecem destaque os elogios à qualidade do terreno escolhido para prática da agricultura – superior às terras cultivadas no Antigo Quilombo Grande, às margens dos rios Galera, Sararé e Guaporé –, como a própria variedade do que era cultivado: “(...)plantações de milho, feijão, favas, mandiocas, manduim, batatas, caraz e outras raízes, assim como bananas, ananazes, aboboras, fumo, gallinhas e algodão de que faziam panos grossos e fortíssimos com que se cobriam” (MELLO, 1917).

Como ressalta Volpato, em um período em que Vila Bela e Cuiabá enfrentavam constantes surtos de

UMA “DEVISSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

queda de produção, com a fome se alastrando e penalizando a população, não deixava de impressionar a agricultura bem estruturada e produtiva, que mantinha os habitantes do quilombo abastecidos (VOLPATO, 1996, p. 226).

De todo modo, após permanecerem por dias acampados nos entornos do quilombo, com o intento de capturar todos os cativos evadidos da incursão, finalmente a bandeira partiu. Antes, remete os 54 quilombolas à Vila Bela, que, quando lá chegam, impressionam tanto por todos falarem português, como pelo fato de alguns conhecerem rudimentos da doutrina cristã. Com isso, a captura dos quilombolas passou a representar maiores possibilidades de povoamento da fronteira, por súditos do Rei e adeptos da fé cristã: houve a organização de uma grande cerimônia de batismo, que contou com as várias autoridades coloniais e a presença do próprio Governador, que se tornou padrinho de alguns ex-quilombolas.

Interessante observar a inversão do status de capturados. Como quilombolas, eram inimigos que deveriam ser subjugados, a partir de todas as razões apresentadas ao longo deste capítulo – principalmente porque a vitória daria uma sobrevida de entusiasmo e ânimo às autoridades políticas da Vila Bela e os seus

habitantes. Contudo, no momento que “aderem” à fé cristã e, portanto, se submetem à autoridade real portuguesa, passam a ser considerados aliados para defesa dos domínios lusos na fronteira. Assim, após batizados, aqueles ex-quilombolas, metamorfoseados em “cristãos” e “súditos do Rei”, são autorizados a retornarem à antiga habitação, para fundarem a “Aldeia Carlota”, partindo com numerosas canoas repletas de mantimentos, grãos, sementes, porcos, patos e galinhas para criação. Pelo descrito no Diário, a expectativa era de que aqueles novos cidadãos pudessem fundar uma habitação de “futuro próspero e pública utilidade” (MELLO, 1917, p. 15).

Outro fator digno de nota disposto no Diário refere-se à continuidade da Bandeira, em busca de novos quilombos e rotas de exploração de ouro. Logo que enviam os 54 capturados, seguem a devassa no sertão, nas proximidades dos rios Galera, Sararé e Pindaituba. No início de outubro, guiados por dois escravos que afirmavam saber onde se localizava um quilombo às margens do Pindaituba, chegam a um novo acampamento. Este formado por dois arranchamentos, divididos entre si por cinquenta passos. Um, comandado pelo negro Antônio Brandão, com 11 casas, 14 negros e cinco escravos; outro, comandado pelo escravo

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

Joaquim Feliz, com 10 casas, 13 negros e 7 negras. Assim que obtêm notícias da chegada da expedição, abandonam o local para formar um novo quilombo a seis léguas do primeiro local, no chamado “córrego do Mutuca”. Entretanto, serão obrigados a levantar acampamento novamente, com a aproximação da expedição.

A busca ainda prosseguiria por todo o outubro, obtendo êxito na captura de negros e cativos evadidos. Na segunda quinzena de novembro, a bandeira retorna a Vila Bela em posse de 18 escravos. Aqueles que não haviam sido capturados, pelo que consta no Diário, se entregaram espontaneamente pela impossibilidade de estabelecer novas habitações após a passagem devastadora da bandeira.

Por fim, após penosos seis meses e meio, a expedição se deu por encerrada. O saldo final correspondeu à captura de 30 escravos evadidos, destruição dos maiores quilombos na região, assim como as suas plantações. Contudo, apesar da euforia da vitoriosa campanha contra os quilombolas, essas mesmas sociedades não deixariam de existir no século seguinte até as vésperas da abolição da escravatura<sup>xviii</sup>.

Ademais, para além de ser uma possibilidade de reflexão da instituição escravista nas fronteiras do

território luso-brasileiro, o Diário de Francisco Pedro de Mello desvela possibilidades de pensarmos a fluidez da vida fora da sociedade escravista, caracterizada por constantes contatos interétnicos e trocas culturais. Quais seriam as características das relações estabelecidas, longe dos domínios políticos lusitanos e espanhóis, entre cativos africanos, crioulos e indígenas?

Em que medida indígenas incorporaram costumes africanos e, inversamente, o que perpassou o Atlântico e orientou a organização da vida social nesses espaços distantes dos centros políticos ocidentais? Tais questões ainda carecem de estudos sistemáticos, contudo têm sido crescentemente enfrentadas por recentes estudos que buscam analisar a instituição escravista na região pela utilização simultânea de fontes documentais oficiais, etnográficas e, até mesmo de ordem linguísticas, além da consideração das práticas políticas quilombolas à luz das tradições africanas<sup>xix</sup>.

Entendemos que, ao assumirmos o desafio de compreender a agência cativa na fluidez dos contatos interétnicos e mobilidade, estamos a contribuir para construção de uma visão mais global da escravidão, que permita compreender a laboriosa trama humana de homens e mulheres, que após serem transportados de

UMA “DEVISSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

um continente ao outro, não mediram esforços para se reinventarem e seguirem em frente.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

ARRUZZO, Roberta Carvalho. “Construindo e desfazendo territórios: as relações territoriais entre os Paresi e os não-índios na segunda metade do século XX”. In: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica [2012]**. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-R-Carvalho.pdf>>. Acessado no dia 12 de setembro de 2014.

CHAVES, Otavio Ribeiro. **Escravidão, Fronteira e Liberdade: resistência escrava em Mato Grosso (1752-1850)**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, 2000.

DELAMÔNICA, Adiléa Benedita. “A cor do medo e os seus vários significados: os quilombos mato-grossenses

do Rio Manso (1850-1888)”. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Orgs.). **Sonhos e Pesadelos na história**. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

FARAGE, Nadia. **Muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia Moderna”. In: BIANCO, Bela Feldman. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1997.

GUIMARÃES, Tereza Martha Borges. “Os índios e a natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: a Capitania de Mato Grosso (século XVIII)”. In: **Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade**, 2005.

KEULLER, Adriana T. A. Martins. “Revisitando Rondônia: história, memória e ciência”. In: **História, ciência, Saúde**. V. 14, n. 2, Abril-Junho, 2007.

UMA “DEVISSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

LUCÍDIO, João Antonio Botelho. **‘A Ocidente do imenso Brasil’: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)**. Tese (doutorado). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2013.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e Realidades da Amazônia no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Tese (doutorado). Barcelona: Universitat de Barcelona, 1989.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. “Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII”. Goiania: **Associação Brasileira de Antropologia** – 25º Reunião Brasileira de Antropologia – GT 48: Saberes Coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagens, mapas, censos e iconografias, junho de 2006.

MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiões da Fronteira** – Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MELLO, Francisco Pedro. “Diário de Diligência”. In: ROQUETTE-PINTO. Rondônia. **Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Volume XX)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

MILLER, Joseph. Poder político e parentesco: **os antigos estados Mbundu em Angola**. Tradução de Maria da Conceição Nero. Luanda: Arquivo Histórico Nacional-Ministério da Cultura, 1995.

PICCOLI, Jacó César. **Considerações sobre as teorias das relações interétnicas**. Disponível em <[www.grupos.com.br](http://www.grupos.com.br)>. Acesso no dia 24 de janeiro de 2014.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **Homens de Ferro, Mulheres de Pedra**: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). Tese (doutorado). Universidade Federal de Mato Grosso – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2015.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 161. Disponível em <[http://www.capoeiravadiacao.org/attachments/382\\_0s%20africanos%20no%20Brasil%20-](http://www.capoeiravadiacao.org/attachments/382_0s%20africanos%20no%20Brasil%20-)

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

%20Raymundo%20Nina%20Rodrigues.pdf >. Acesso no dia 15/01/2014.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá**: vida urbana colonial em Mato Grosso (1722-1808). Tese (doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

SÁ, Joseph Barboza de. **Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios thé o s presentes tempos (1775)**. Cuiabá: UFMT/SEC, 1975.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800). Dissertação (mestrado)**. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores**: políticas de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso (século XVIII). Cuiabá: EdUFMT, 1995.

SCHMIDT, Max. “Die Aruaken: um classic da etnologia sul-americanista. **Leipzig**: Veit & Comp., 1917”. Disponível em < [-files/biblio%3Aschmidt-1917-aruaques/schmidt\\_1917\\_aruaques.pdf >. Acessado no dia 06/12/2014.](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-</a></p></div><div data-bbox=)

SUZUKI, Yumiko Takamoto. **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**. Transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki Cuiabá: Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

VOLPATO, Luiza. “Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

## DOCUMENTOS

### RAPMT, APMT

Doc. 1 – Dom Antonio Rolim de Moura [1751]. In: Revista do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (RAPMT), Vol.1, março/Agosto de 1982, p. 47; 48; 50.

UMA “DEVISSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS  
ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

Doc. 2 – Dom Antonio Rolim de Moura [1761]. In: Revista do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (RAPMT), Vol.1, março/Agosto de 1982.

Recebido em: 21/12/2015

Doc. 3 - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), Livro de termos Livro de termos de fiança, cartas expedidas e rematações nos Governos de Luiz Pinto de Souza Coutinho e Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Estante 1, C-07 (1751-1775), 1771.

Aprovado em: 11/01/2016

Publicado em: 29/01/2016

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Acerca do “Dragão”, vale salientar que o mesmo era aquele soldado que se deslocava montado em cavalo. Durante o período colonial tal tipo de soldado se configurou com uma das funções de maiores prestígios, encarregados da defesa externa e segurança interna. Nesse intento, na primeira metade do século XVIII, são trazidas companhias de Portugal e, analogamente, são criadas em território brasileiro.

<sup>ii</sup> Segundo Carlos Rosa, em carta endereçada a D. João V, Moreira Cabral informa o seu deslocamento ao atual sul do Estado de Mato Grosso do Sul com a intenção de descobrir ouro, prata e pedras preciosas. Todavia, deve-se considerar que tal justificativa poderia

camuflar a verdadeira intenção que seria levar “gentios da terra” para o trabalho em Sorocaba (ROSA Apud CHAVES, 2000, p. 14).

<sup>iii</sup> Segundo Lia Osório Machado, Uti Possidetis se trata de um princípio originário do Direito Romano, no qual àqueles que ocupam o território possuem direito sobre o mesmo (MACHADO, 1989).

<sup>iv</sup> José Barbosa de Sá é considerado o primeiro cronista letrado da região, autodidata e dono da primeira livraria de Cuiabá. Estima-se que tenha chegado na época da elevação de Cuiabá à categoria de vila, em 1727. Durante a sua estadia na região exerceu as funções

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

---

de sertanista, observador oficial das missões hispânicas limítrofes no rio Guaporé, advogado e procurador do povo em Cuiabá (ROSA, 1996).

<sup>v</sup> Duas autoras exploram tal perspectiva, do indígena enquanto “muralha” ou “Guardião da Fronteira” da coroa portuguesa: Denise Mald Meireles (1989) e Nadia Farage (1991). Contudo, é preciso atentar para o “perigo” de não se considerar a atuação de indígenas junto a esse processo histórico, sob pena de interpretá-los enquanto “agentes passivos”, restritamente usados pela coroa a partir de uma leitura “eurocêntrica” que não percebe as estratégias levadas a cabo por distintos povos indígenas. Na análise da historiografia hispânica acerca das relações entre as coroas espanhola e portuguesa, no alvorecer do século XVIII, Lucídio (2013, p. 228) menciona o debate sobre o chamado “cordão de isolamento” formado pelas missões jesuítas, entre as autoridades civis das duas coroas. A presença jesuíta pode ter sido estimulada, sobretudo, por moradores de Santa Cruz de la Sierra, temerosos de que luso-paulistas que habitavam Cuiabá alcançassem as minas do Potosí, ou pela indisposição de recursos para contenção dos avanços paulistas junto aos domínios espanhóis, que acabou por obrigar a busca por alianças com indígenas Chiquitos, que se encontravam na região. Noutras palavras, para compreensão da edição de regulamentos e conquistas ibéricas na região, é preciso se considerar a presença e importante papel das diferentes sociedades indígenas em meio aos distintos jogos de interesses. As técnicas de aldeamento, ou agrupamento de diferentes grupos indígenas, foram das mais diversas. No geral, o aldeamento deveria comportar no mínimo

150 pessoas, substituir as “ocas” por casas nos moldes portugueses (a fim de se evitar a promiscuidade), sendo estas bem arejadas com janelas e portas. No espaço ainda deveria haver um pelourinho para aplicação de justiça e deveria se ensinar o idioma português, no lugar de línguas nativas. SILVA, Jovam Vilela da. Mistura de cores: políticas de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso (século XVIII). Cuiabá: EdUFMT, 1995, p.277.

<sup>vi</sup> As técnicas de aldeamento, ou agrupamento de diferentes grupos indígenas, foram das mais diversas. No geral, o aldeamento deveria comportar no mínimo 150 pessoas, substituir as “ocas” por casas nos moldes portugueses (a fim de se evitar a promiscuidade), sendo estas bem arejadas com janelas e portas. No espaço ainda deveria haver um pelourinho para aplicação de justiça e deveria se ensinar o idioma português, no lugar de línguas nativas. SILVA, Jovam Vilela da. Mistura de cores: políticas de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso (século XVIII). Cuiabá: EdUFMT, 1995, p.277.

<sup>vii</sup> A alvará de 8 de maio de 1758 com força de lei, fazia parte do bojo de uma nova política de colonização na América Portuguesa, que visava de maneira geral a inserção de indígenas enquanto trabalhadores livres na economia regional. Anteriormente a esta, a liberdade dada a indígenas já havia sido concedida nas leis de 6 e 7 de junho de 1755 no Maranhão. Especificamente, a inovação trazida pela lei de 8 de maio de 1758, se consubstancia na implantação de um novo modelo de conversão e cristianização de povos indígenas, e paralelo fim do sistema de jesuítas. Sobre tal

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

---

temática ver “O testemunho do tempo, e a prova da experiência” (Capítulo 2), da dissertação de Fabricio Santos (2012).

<sup>viii</sup> Na carta de 1761 Rolim de Moura determinava quais seriam as obrigações dos “Administradores” que quisessem manter nativos “administrados”: “(...) Enquanto Aos salários que os amos devem dar aos índios, o costume desta capitania é que os ditos amos lhes dão de comer e vestir, lhes pagam as desobrigas despesas de casamento e enterros, ensinam-lhes a doutrina cristã e os governam não só como amos senão como tutores, de que os índios tem grande necessidade, pelo curto alcance do seu juízo: a maior parte deles a não ter quem os domine, dariam em ladrões ou fugiriam para o mato” (Doc. 2).

<sup>ix</sup> Vale frisar que o incêndio às habitações indígenas era prática comum no desfecho das bandeiras. É o que se pode observar nos regulamentos editados para formação das expedições militares contra nativos tanto no período que Mato Grosso e Cuiabá estiveram sob jurisdição da Capitania de São Paulo (1719-1748), como da própria Província de Mato Grosso.

<sup>x</sup> Tendo em vista as dificuldades de se importar cativos africanos, notórias nas cartas e diferentes correspondências trocadas entre capitães-generais que governaram a capitania durante o período colonial.

<sup>xi</sup> Como postula Jovam Vilela da Silva, na sua obra “Mistura de Cores”. Segundo o mesmo, os constantes fluxos migratórios motivados por descobertas auríferas do sudeste, que trouxeram

brancos e africanos, juntamente com a incorporação de nativos da região, sobretudo os “Bororos”, aos espaços urbanos recém-fundados, imprimiram na população local um caráter estreitamente “mestiço”. Ver especialmente capítulo III, “População nativa incorporada (tapuios)” de Jovam Silva (1995).

<sup>xii</sup> O Quilombo do Grande é considerado o maior quilombo formado na Capitania de Mato Grosso durante o século XVIII. Quando atacado em 1770, já acumulava cerca de 40 anos de existência, com uma exitosa agricultura de subsistência e organização política que tinha à frente Teresa de Benguela. Sobre a bandeira que o atacou ver os “Anais de Vila Bela” publicados por Janaina Amado e Leny Caselli Anzai (2006); para uma análise minuciosa do quilombo, à luz da presença indígena pareci e africanos de proveniência Imbangala e Ovimbundu, ver a tese de doutoramento recentemente defendida por Bruno Pinheiro Rodrigues (2015).

<sup>xiii</sup> A escola antropológica dinamista, segundo Jacó César Piccoli, se desenvolve durante as décadas de 1950 e 1960, na crítica e ruptura com a tradição funcionalista (Malinowski) e culturalista. Tem como principais expoentes os antropólogos Gluckman e Balandier, que interpretam as demais tendências enquanto “a-históricas” e reducionistas. Propõem uma antropologia histórica e integrada a fatores sociológicos, psicológicos, econômicos, ideológicos, entre outros, a fim de se chegar a uma visão mais completa das “sociedades em contato” (PICOLLI, 2014).

UMA “DEVISSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

---

<sup>xiv</sup> Gluckman cita a presença de três agrupamentos tribais no ato de inauguração da ponte: Usuthu, Amateni e Mandlakazi (GLUCKMAN, 1997, p. 236).

<sup>xv</sup> Segundo Maria Fátima Roberto Machado, nambiquara se trata de uma identidade atribuída no século XVIII. Diferentemente dos Parecis, no caso destes não existe uma autodenominação coletiva. Em função da língua pouco estudada, existe uma dificuldade para identificar os diferentes grupos. Entretanto, a partir de informações coletadas em pesquisa de campo com os próprios indígenas, foi possível identificar os seguintes grupos: Aikutesu, Kwalisatesu, Namkutesu, Erahinkãtesu, Alakutesu, Yotusu, Alantesu, Hahaintesu (Manairisu), Waikutesu, Katithaulu (Sará), todos no Vale do Guaporé; Sawentê, Yalakaloré, Lacondê (Yalakunté), Sabanê, Hinkatesu, Latundê, Siwaihsu (Manduca), Nagarotê, Mamaindê, todos na Serra do Norte; Wakalitesu, Kithaulu, Halotesu e Sawantesu, conhecidos como os Nambiquaras do cerrado (MACHADO, 2006, pp. 15-16).

<sup>xvi</sup> De acordo com Roberta Carvalho Arruzzo, os parecis ocupam a Chapada dos Parecis há séculos. Já estiveram divididos em cinco subgrupos: Kaxiniti, Waimaré, Kozárini, Warére e Kawali, com grande variedade de grafias ao longo dos anos. Atualmente restaram apenas três: Kozárini, os Waimaré e Kaxiniti (ARRUZZO, 2012); João Antônio Botelho Lucídio (2013, p. 287), por sua vez, em recente tese de doutoramento defendida na Universidade Nova de Lisboa, ao investigar o lugar ocupado por ameríndios no processo de conquistas lusitanas entre os rios Paraguai e Guaporé no final do século XVII à metade do XVIII, apresenta, com base em numerosas documentações, o Vale do Guaporé repleto de nações

indígenas de ambas as margens. A partir de diferentes narrativas, apresenta um quadro amplo composto por 29 populações que habitavam a “margem oriental” do rio Guaporé no idos da década de 1740, com as suas características (“dóceis”, “ferozes”, entre outras) e respectivas localizações.

<sup>xvii</sup> Sobre os “quilombos” em solo africano, destacamos a análise tecida por Joseph Miller, que os destaca enquanto instituições formadas a partir do encontro de diferentes povos e práticas militares ao longo dos séculos XVI ao XVIII, adotadas, principalmente, pela necessidade de unificação, uma vez que a adesão aos quilombos não estava restrita a noções de linguagem, o que facilitava o rápido aumento de integrantes (MILLER, 1995).

<sup>xviii</sup> Adiléa Benedita Delamônica, na sua pesquisa sobre os quilombos no Mato Grosso no século XIX, baseada na documentação existente do período, sobretudo, os Relatórios de Presidente de Província, afirma ter existido na região do Manso diversos quilombos – localizados entre 30 léguas da capital Cuiabá e 14 léguas da Freguesia de Chapada dos Guimarães -, divididos em numerosos arranchamentos, como o “Quilombo do Cansansão”, “Quilombo do Bicho”, “Quilombo do Gaia-Gaia” e “Manso”. A documentação pesquisada pela autora informa ainda que os habitantes desses quilombos estavam subdivididos por funções: “guardiões”, que zelavam pela segurança da população; “permutadores”, encarregados da compra e troca de gêneros alimentícios geralmente em Cuiabá; “mineiros”, responsáveis pelo trabalho nas minas de Cuiabá; “lavradores”, que trabalhavam nas lavouras (DELAMÔNICA, 2006, p. 130).

UMA “DEVASSA NO SERTÃO”: A INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA NO OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DOS CONTATOS INTERÉTNICOS ENTRE AFRICANOS E INDÍGENAS (1718-1795), DE BRUNO PINHEIRO RODRIGUES

---

<sup>xix</sup> Um exemplo de pesquisa recente que busca pensar a agência quilombola a partir das práticas políticas e militares trazidas da África se trata da tese de doutoramento de Bruno Pinheiro Rodrigues, recentemente defendida. Na mesma o autor investiga

a organização e hierarquia política a partir do funcionamento das instituições militares na África, sobretudo, na obediência ao líder e adesão flexível, que permitia o acesso de diferentes agentes não necessariamente vinculado a estruturas de linhagens (RODRIGUES, 2015, PP. 261-311).